

Alex Ramos



Projetos foram debatidos em sessão nesta terça-feira, dia 12

Alerj debate PL para criar banheiro neutro em estabelecimentos

Plenário também discute título de Patrimônio do Rio ao Palácio Tiradentes

O plenário da Alerj debateu, nesta terça-feira (12), vários projetos de caráter político, cultural e social. O principal deles foi em relação ao caso da atriz Cássia Kiss com a mulher trans no banheiro feminino, no qual a deputada Índia Armelau (PL) propôs a criação de um terceiro banheiro em estabelecimentos. Outro foi em relação ao bronzamento artificial e ainda um que transforma o Palácio Tiradentes em Patrimônio do Rio.

Locais públicos e privados deverão instalar banheiros e vestiários neutros

Ambientes públicos e privados de grande circulação no Estado do Rio poderão ser obrigados a disponibilizar um banheiro neutro para uso de pessoas trans, não-binárias ou que não realizaram cirurgia de afirmação de gênero. A exigência está prevista no Projeto de Lei 3.17/23, de autoria da deputada Índia Armelau (PL).

De acordo com a proposta, os ambientes deverão contar com fraldário, vaso sanitário infantil, lavatório adequado e acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PCDs) ou com mobilidade reduzida. O texto também determina que os espaços tenham sinalização específica, inclusive em Braille.

O projeto define como banheiros e vestiários neutros aqueles destinados a pessoas cuja identidade de gênero não se enquadra nos espectros masculino e feminino e que não tenham se submetido ao procedimento cirúrgico para troca de gênero. A medida deverá ser aplicada em locais como hospitais, universidades, centros de convenções, terminais de transporte público, cinemas, teatros, centros esportivos, parques e praças públicas.

Pela proposta, os estabelecimentos já em funcionamento terão prazo de seis meses, após a publicação da lei, para realizar as adequações necessárias. O descumprimento poderá acarretar advertências, multas e até interdição do estabelecimento em caso de reincidência.

Os valores arrecadados com as multas, que poderão começar no valor de 1.100 UFIR-RJ, o equivalente a R\$ 5.456, e ser dobrado, serão destinados ao Fundo de Defesa Social e Defesa da Cidadania (FDSPC), com aplicação em programas de conscientização sobre os direitos das pessoas trans não redesignadas e não-binárias, além do

atendimento a vítimas de violência motivada por identidade de gênero ou orientação sexual.

O texto também prevê a criação de um canal específico para recebimento de denúncias relacionadas ao descumprimento da norma e para prevenção de atos discriminatórios.

Protocolo contra racismo e intolerância religiosa nas escolas

A proposta, determinada Lei Guilherme Lima (Projeto de Lei 1.529/23), de autoria do deputado Carlos Minc (PSB), com coautoria os deputados Renata Souza (PSol), Prof. Josemar (PSol), Lilian Behring (PCdoB), Dionísio Lins, (PP) e Guilherme Delaroli (PL), define normas que deverão ser seguidas pelas unidades de ensino sempre que ocorrerem episódios de discriminação. Entre elas, estão o acolhimento e a escuta de vítimas e envolvidos, a convocação dos responsáveis para reuniões de orientação e a oferta de apoio psicológico e pedagógico aos estudantes afetados.

O texto também garante a abertura de procedimentos internos para a apuração de casos, além da comunicação às autoridades competentes, garantindo a responsabilização dos autores conforme a legislação vigente.

Além das ações imediatas, o projeto estabelece diretrizes para um protocolo permanente de atuação das escolas, como o acesso

a materiais pedagógicos que abordem o tema na realidade brasileira, a valorização da liberdade de consciência, crença e culto.

Palácio Tiradentes pode virar Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Rio

No ano de seu centenário, o histórico Palácio Tiradentes poderá virar Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Rio. É o que propõe o texto de autoria da deputada Verônica Lima (PT) que será debatido, em primeira discussão. Caso receba emendas parlamentares, o projeto sairá de pauta.

A proposta também autoriza o Poder Público a promover atividades de preservação histórica e incentivo cultural no espaço, inclusive em parceria com entidades da sociedade civil. Na justificativa do projeto, a parlamentar destaca a relevância histórica do local, que ocupa um terreno ligado à memória política do país desde o período colonial.

Bronzamento artificial pode ser liberado no Rio

A utilização de equipamentos de bronzamento artificial para fins estéticos, com base na emissão de radiação ultravioleta (UV), poderá ser autorizada no Estado do Rio de Janeiro. A medida, de autoria do deputado Carlinhos BNH (PP), será votada em segunda discussão. Caso seja aprovada, a medida seguirá para sanção ou veto do governador.

A proposta altera a Lei 4.879/06, que regulamenta o funcionamento de estabelecimentos que utilizam câmaras de bronzamento artificial no estado, para incluir a autorização expressa do uso desses equipamentos com finalidade estética. A liberação deverá seguir as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Estado com 1500 vagas de emprego, estágio e jovem aprendiz

A Secretaria de Estado de Trabalho e Renda e a Fundação Mudes divulgam, nesta semana, 1.520 oportunidades de emprego formal, estágio e jovem aprendiz no Rio de Janeiro.

Na Região Metropolitana, estão concentradas 65% das vagas: são 915 chances, entre cozinheiro de restaurante, em Ipanema, e fisioterapeutas, na Tijuca, com remuneração de até três salários mínimos (R\$ 4.863). Já para pessoas com deficiência (PcD), há 55 oportunidades distribuídas pela região, tais como agente de saneamento, agente social, empacotador à mão, operador de vendas, repositor de supermercados e técnico de laboratório. Os salários variam de um a dois mínimos (R\$ 1.621 a R\$ 3.242).

Para quem busca emprego na região do Médio Paraíba, há 317 oportunidades com salário médio de R\$ 3.242 e exigência do Ensino Fundamental completo. Na região Serrana, a captação de vagas reuniu 176 posições em Teresópolis, entre as quais as de analista de estoque, analista de recursos humanos e atendente balconista. A remuneração média é de R\$ 1.621 a R\$ 3.242, e é necessário ter experiência anterior.

A secretaria lembra que é importante manter cadastro e currículos atualizados no Sistema Nacional de Emprego, que analisa o perfil do candidato e a vaga cadastrada pelo empregador. Para se inscrever ou atualizar o cadastro, é necessário ir a uma unidade do Sine levando os documentos de identificação civil, carteira de trabalho, PIS/PASEP/NIT/NIS e CPF. O endereço das unidades e os detalhes de todas as vagas oferecidas podem ser encontrados no Painel Interativo de Vagas da Secretaria de Trabalho e Renda, disponível no site www.rj.gov.br/trabalho.

Em parceria com a Fundação Mudes, existem ainda à disposição da população fluminense oportunidades de estágio e jovem aprendiz. A Fundação oferece 112 vagas de estágio nos níveis Superior, Médio e Técnico, com bolsa auxílio que pode chegar a R\$ 2.000. Para se candidatar, basta acessar www.mudes.org.br.